

Musseques luandenses: o estar vulnerável

Rogério da Silva Guimarães*

Na década de 1960, os musseques¹ de Luanda, capital de Angola, viviam situações de vulnerabilidades no seu cotidiano colonial. Muitas delas provocadas por uma nova realidade que se apresentou a partir do ano de 1961: a luta armada contra o colonialismo português. O presente artigo tem por objetivo iniciar uma análise das vulnerabilidades nessas localidades nos anos iniciais daquele decênio.

Neste momento, deixamos claro que a definição de vulnerabilidade por nós utilizada surgiu a partir do conceito de exclusão social proposto por Sarah Escorel, a qual articulou Hannah Arendt com Robert Castel para analisar as trajetórias que levam a uma condição extrema, à exclusão social. Desta forma, a mesma considera a

*exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana*².

Dividindo a sua análise da existência humana na sociedade em cinco eixos – a saber: o ocupacional, o político (cidadania), o sóciofamiliar, o cultural (valores simbólicos) e a dimensão da própria vida, essa entendida como um “âmbito no qual podem ser analisadas trajetórias de inserção/desvinculação por meio dos fenômenos relacionados à saúde/doença e a violência – Escorel pensa cada eixo como um processo no qual ocorrem “múltiplas e variadas possibilidades entre duas situações polares (positiva: inserção, inscrição, integração; e negativa: exclusão, desvinculação, ruptura)”³. Assim, o indivíduo socialmente excluído será aquele que se encontra desvinculado em todos esses eixos. Por conseguinte, o indivíduo que se encontra positivamente integrado nesses eixos está totalmente vinculado socialmente. Contudo, não há uma correspondência sistemática entre os processos de desvinculação, ou seja, uma pessoa pode estar desvinculada em um determinado eixo, mas inserida em outro. É nesta instabilidade, na fragilidade destes vínculos que estabelecemos a zona de vulnerabilidade⁴.

Outro aspecto importante na concepção do conceito de vulnerabilidade social é que ele compreende a exclusão dentro de um processo, em contraposição à ideia de um conceito de exclusão que retrata uma condição ou estado permanente. Nesta perspectiva,

a vulnerabilidade identifica a fragilidade da vinculação social antes da sua ruptura.

Desta forma, a relevância do conceito de vulnerabilidade reside na oportunidade de inferir as situações intermediárias, não mais de analisar as situações extremas e antípodas de integração ou desfiliação. Além disso, este conceito teria o mérito de analisar a dinâmica das condições de desigualdade e mobilidade (ascendente ou descendente) que determinados grupos sociais estariam sujeitos⁵.

Ao ampliar os eixos desenvolvidos por Castel, Escorel clarifica as dinâmicas que os grupos sociais estão sujeitos. E com isso, ao estudarmos os musseques, os eixos temáticos que foram propostos pela autora vão nos permitir uma compreensão mais nítida do nosso objeto de estudo, porque não estaremos nos restringindo somente aos eixos ocupacionais e sociofamiliar propostos por Castel, atendendo, portanto, outros âmbitos da vida desses moradores. Além de entender porque compreendemos os musseques como locais de vulnerabilidades sociais e não desvinculados dentro do movimento da sociedade luandense naquele momento.

Musseques, grafia aportuguesada, é um termo originário do quimbundo⁶, que indica as zonas de areias avermelhadas, situadas no planalto de Luanda. O termo assume “significado sociológico quando é utilizado para designar os aglomerados de cubatas⁷ construídas nestas áreas por indivíduos expulsos da cidade [centro] devido à expansão urbana”⁸. Ou seja, os musseques são zonas residenciais que se formam em torno do centro urbano de Luanda, servindo de refúgio aos pobres. A expressão musseque ganhou sentido pejorativo ao qualificar os moradores dessas localidades por seu baixo nível econômico e social⁹.

O centro, localizado na Cidade Baixa de Luanda sempre desempenhou funções administrativas importantes e geriu grande parte dos fluxos econômicos. Conseqüentemente, a cidade exerceu e exerce, em termos de oportunidades econômicas, uma grande atração por possibilitar o acesso a serviços e infraestruturas, provocando um afluxo crescente de pessoas à capital. Nas décadas de 1950 e 60 esta migração, também causada pela repulsa das regiões rurais, causou efeitos múltiplos: subiram os alugueis das casas e o custo dos terrenos para construção, por conta da excessiva procura em relação à oferta; as infra-estruturas urbanas (água, eletricidade, saneamento, etc.) não se desenvolveram ao ritmo necessário; a grande oferta de mão-de-obra e a sua deficiente qualificação levaram ao subemprego; o salário, única fonte de subsistência, não acompanhou o aumento do custo de vida. Nesta perspectiva, os musseques reconfiguraram a cidade em termos de

paisagem e provocaram transformações ao nível social, econômico, cultural, entre outros¹⁰.

O surgimento dos musseques quase coincide com o nascimento da própria cidade de Luanda;

primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois sob a forma de aglomerados de cubatas localizados nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas ou nas Maiangas, habitados por africanos, escravos e libertos¹¹.

A construção dos casebres era, inicialmente, em terrenos particulares. Uma das evidências é o fato de muitos conservarem o nome do antigo proprietário como, por exemplo, Ramalho, Braga e Cayette. Porém, em muitos casos, os musseques ultrapassaram os limites que delimitavam o terreno original, abrangendo outras áreas e fazendo com que o nome já não se referisse ao espaço inicial.

As diferenças entre os musseques se dão em função de sua antiguidade e sua localização. Alguns deram origem a bairros mais ou menos urbanizados, como por exemplo, o Bairro Operário¹² que se originou do musseque Burity. Outros, os mais antigos, que são os mais próximos do centro da cidade, se parecem com um labirinto, com casas coladas umas às outras em ruelas, sem quintais. Esta é a ideia mais comum que se faz dessas localidades. Porém, os mais recentes, que se encontram mais afastados do centro da cidade, apresentam espaços razoáveis, com casas rodeadas de quintais. A improvisação no que diz respeito à construção é dominante.

À medida que a cidade de Luanda cresceu com o decorrer dos anos os musseques se deslocaram sobre o planalto. Ou seja, a expansão dessas localidades está intimamente ligada à evolução da Cidade propriamente dita. A cada impulso das atividades econômicas seguia-se um aumento de migrantes. Foi assim com a subida da cotação do café na década de 1950, que ocasionou uma expansão da construção civil. Em 1960, 20% da população branca residente em Luanda não era natural da Província e cerca de 57% dos naturais não tinham nascido na cidade¹³. A cada fase de urbanização correspondia um desaparecimento de dezenas ou centenas de cubatas. Logo, a população destas foi engrossando os musseques sobreviventes ou criando outros em locais mais distantes do núcleo urbano¹⁴. O escritor José Luandino Vieira revela esta ameaça a existência dos musseques, “brilhando suas luzes de candeeiro no meio da eletricidade das casas dos brancos, que em todos os lados, ameaçadoramente, vão subindo o morro onde o musseque resiste”¹⁵.



Localização dos musseques e distribuição da população, em 1962. (Fonte: AMARAL, 1968, fig.12)

- 1 - Coréia do Norte; 2 - Samba Pequena; 3 - Prenda; 4 - Catambor; 5 - Bananeira; 6 - Calemba; 7 - Cemitério Novo; 8 - Bairro Indígena; 9 - Terra Nova; 10 - São Paulo (anexo); 11 - São Paulo; 12 - Marçal; 12 - Rangel; 14 - Caputo; 15 - Zangala; 16 - Sambizanga; 17 - Mota; 18 - Lixeira.

Mesmo assim, os musseques constituíram uma presença permanente, e sua multiplicação foi um fato incontestável a ponto de ser assistir à “mussequização de outros pontos da cidade”¹⁶. A precariedade das residências, a falta de acesso e usufruto de uma infra-estrutura básica como luz elétrica, saneamento, água encanada são indícios de uma situação de vulnerabilidade desses locais. Todos esses elementos irrompem no âmbito da dimensão da vida, revelando as iniquidades existentes em relação ao acesso e à utilização de serviços de qualidade. Segundo Escorel, a ausência desses serviços revela o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos, estabelecendo a distinção entre viver e sobreviver¹⁷.

Tendo sido sempre áreas tradicionais de habitação da grande maioria da população africana, durante as décadas de 1940 a 1960, os musseques receberam uma parte significativa da população branca imigrante. “Quando em 1922, se poderiam contar pelos dedos os europeus que viviam nas Ingombotas”¹⁸

*as condições actuais são inteiramente diferentes, pois nos muceques, pode-se dizer, habitam, sem distinção de raças, os elementos da população urbana cuja capacidade económica, técnica ou cultural é muito fraca; representam assim áreas ocupadas por uma sociedade complexa, de segregação espontânea, marginada pela debilidade de seus rendimentos*¹⁹.

Portanto, os musseques continuavam a desempenhar o papel de refúgios da população que, pelos seus baixos rendimentos, não consegue habitar na área urbanizada.

A chegada desses imigrantes brancos, entenda-se portugueses, corresponde à fase migratória que se deveu ao crescimento da exploração do café na década de 1940. Na cidade, até mesmo para os imigrantes metropolitanos sem qualificação profissional abriam-se maiores perspectivas que em Lisboa ou no Porto, onde seus títulos e referências eram insuficientes²⁰. Logo, essa população migrante metropolitana que chegou a Luanda veio essencialmente à procura de melhores condições de vida, em especial à procura de trabalho, por conta do aumento da atividade econômica que se registrava em Angola neste período e do forte desenvolvimento industrial.

Atenta-se que esta população branca atraída pelo crescimento econômico formou uma burguesia que pouco a pouco foi substituindo a pequena burguesia já existente, marcando uma política racista do governo colonial. Na verdade, a política colonial salazarista²¹ pode ser definida pela exploração da mão-de-obra africana e a expropriação das melhores terras para o cultivo dos produtos em alta no mercado internacional²². Entre 1940 e 1960, os migrantes provenientes de zonas do interior do país também tentavam escapar ao trabalho contratado²³.

Os imigrantes brancos pobres, junto com os residentes africanos já fixados formavam os grupos de pequenos assalariados (funcionários públicos, empregados no comércio, operários e artesãos, etc.), de pequenos comerciantes (a grande maioria, cerca de 95%, desses estabelecimentos pertenciam a europeus) dos sem emprego permanente e dos desempregados.

A remuneração por meio do trabalho, seja por conta própria seja por salário, é praticamente o único meio de subsistência das famílias dos musseques. Isso porque a possibilidade de possuir uma área para o cultivo de gêneros agrícolas para consumo próprio é inexistente, diante da indisponibilidade de terras para a atividade agrícola.

Embora houvesse entre a população dos musseques uma maior iniciativa no que diz respeito ao exercício das chamadas profissões livres, o trabalho assalariado continuou a ser a principal fonte de receitas. Segundo Monteiro, mais de 90% dos homens residente nos musseques eram assalariados. Sendo a grande maioria (71,3%) absorvida pelo setor privado. Grande parte destes trabalhadores (69,5%) ocupava cargos que exigiam pouco ou nenhum grau de escolaridade: carpinteiros, marceneiros, polidor, pedreiros, pintores, serventes e jardineiros. Todos estes com as médias salariais mais baixas²⁴. Muitos recorriam a pequenos serviços informais “biscates” para aumentar a renda, como Vieira nos narra no conto *Cardoso Kamukolo, sapateiro*, no livro *Vidas Novas*, em que o protagonista trabalhava de segunda a sábado e para complementar o pequeno vencimento muitas vezes “agarrava o biscate, meias solas para um patrício [...]. E ainda trazia “o assentador, a faca, o ferro de brunir que o mestre costumava lhe emprestar para trabalhar nos domingos”²⁵. Através da obra de Monteiro assim também como do conto de Luandino Vieira é possível questionar o discurso dos colonizadores quando estes identificam os musseques como localidades habitadas por bandidos e desocupados.

A análise das informações supracitadas nos dá, por si só, uma panorâmica das possibilidades econômicas das famílias nos musseques, já que a remuneração do homem constitui o seu principal sustento, ao contrário dos meios rurais onde o trabalho agrícola da mulher é a base do sustento do agregado familiar. Além disso, com as crescentes ondas migratórias o nível de concorrência nesses empregos aumenta, gerando uma reserva de mão-de-obra que muitas vezes será subaproveitada e com rendimentos ainda menores. Escorel afirma que o trabalho é o “critério que confere a legitimidade e a dignidade da existência do cidadão”²⁶. Assim, os processos na esfera econômico-ocupacional estão fortemente relacionados à identidade e autoestima do “indivíduo-trabalhador-cidadão” de modo que a vulnerabilidade nesta dimensão ocupacional coloca em risco não só a possibilidade de sustento e de mobilidade social, mas, em paralelo, a constituição do trabalho como “sistema identitário”, a partir da valorização social da função²⁷.

Em comparação às famílias de origem africana nascidas no meio urbano, a família migrante sofre uma transmutação brusca, pois é forçada a acomodar-se ao novo ambiente, onde a vida decorre de moldes diferentes dos da sua terra. É a emancipação da família restrita ou nuclear (pai, mãe e filhos), onde esta assume características de unidade de consumo, opondo-se a família extensa, que é a célula social base na aldeia e é caracterizada por ser uma unidade econômica de produção. Portanto, os musseques não

ofereciam condições favoráveis à vigência das estruturas da família extensa. A tendência para a família conjugal pode não só corresponder a uma verdadeira ocidentalização, mas também a condicionamentos da vida urbana que, quer se trate de condições de trabalho quer de alojamento, se opõem geralmente à manutenção, nos lares urbanos, do sistema da família extensa e da autoridade paternal. Portanto, o sistema matrilinear, tradicional africano, estava em regressão, em favor de um sistema bilateral (pai e mãe), comum na Europa²⁸.

Os contatos múltiplos dos diferentes grupos resultaram aspectos que foram peculiares aos musseques: sincretismo religioso, pela coexistência de cultos europeus e africanos; formas de poligamia, particularmente pela população africana menos urbanizada. Essas atitudes contribuíram para a marginalização cultural dessas áreas por parte dos brancos que ocuparam os centros urbanos²⁹, pois é no eixo cultural que se desenvolve a troca dos valores simbólicos. Nele podemos observar “os processos do mundo da subjetivação, a construção de identidades, a relação com o outro e as representações sociais”³⁰. A desvinculação cultural pode conduzir à “experiência de não encontrar nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-los em negativo”.³¹ São caminhos que podem envolver “discriminação”, “estigmatização”, “indiferença”, “negação da identidade” ou “identidade negativa”³².

Ao evidenciar as vulnerabilidades dos musseques percebemos a sua fragilidade em relação ao caráter opressor do colonialismo. O início da luta anticolonial estabeleceu outras formas e novos contornos às fragilidades vivenciadas por esses grupos. Isso porque a repressão contra os movimentos favoráveis à independência revelou-se também às populações do musseques. Os musseques antes vistos como local de bandidos e vagabundos passaram a ser interpretados pelo colonizador como abrigo de possíveis terroristas, inimigos de Portugal. De certa forma, quadros dos grupos de resistência contra o domínio colonial tiveram a participação de uma pequena camada mais conscientizada desses musseques.

Partiu-se da perspectiva que os musseques eram uma ameaça ao regime colonial, portanto havia uma vigilância constante por parte das autoridades coloniais, muitas vezes violenta, como aqui representada na literatura de José Laundino Vieira:

[...] nessas horas de confusão das pessoas e das coisas, tiros dentro das noites, muitas vezes gritos de cubatas invadidas, choros e asneiras e mais tiros e depois ainda o fugir de passos, o correr de jipes com soldados de metralhadora [...] e lá em cima da torres deles de ferro com tinta alumínio, que mijavam a luz amarela nas areias

vermelhas dos musseques, despindo cubatas [...]. [...] lua amarela, parecia era azeite-palma, dos quatro olhos dos projectores desrespeitando os segredos dos musseques³³ [...] de gritos de “agarra, agarra”, das portas se fecharem com barulho e mais choros e gritos de monandengues [crianças] arrancadas nas suas brincadeiras, escondidos dentro das cubatas. Pelo areal, esquivando-se entre os quintais, o homem corre, e tiros, ninguém que sabe mesmo onde estão a sair, passa a cantar na boca do escuro³⁴.

Os moradores tinham seus direitos vilipendiados pela ostensiva violência policial, que invadia residências e efetuava prisões de forma arbitrária e sem muitos esclarecimentos, perpetuando assim o medo e o silêncio entre a população.

Outro dado importante em relação à situação de vulnerabilidade destas áreas é que com a chegada das tropas militares metropolitanas, houve nelas um aumento considerável da prostituição nos musseques. O fato de residirem nos musseques interferia diretamente no valor cobrado pelas prostitutas, ou seja, menor em relação às prostitutas que ocupavam o centro urbano de Luanda. A diferença entre o que recebiam ficava em torno de 50%, segundo Monteiro³⁵.

Neste quadro colonial, onde os musseques estão inseridos, as vulnerabilidades também estavam no cerne de outras dimensões da própria vida. Na verdade, o colonialismo traçava um quadro de calamidade em áreas como a saúde e a educação. No tocante à saúde, por exemplo, Angola tinha 250 médicos em 1960, um médico para mais de 18 mil habitantes, sendo que a maioria desses médicos se concentrava nas cidades. Havia dezoito hospitais do Estado, para todo o território, e 67 hospitais ou clínicas privadas, frequentadas basicamente por europeus e colonos bem situados financeiramente, totalizavam cerca de 4.000 leitos³⁶.

Na educação, o caráter predatório do colonialismo português inviabilizou o direcionamento de capitais para a construção de um sistema de escolas. Em 1962, o grau de analfabetismo nos musseques entre ambos os sexos era de 52%. E o número de estabelecimento de ensino naquelas regiões era extremamente reduzido³⁷. Associações culturais, recreativas e clubes de futebol, que usaram seus espaços para alfabetizar e iniciar um lento e tímido processo de contestação ao regime, foram fechadas pela repressão colonial que se expandia³⁸. Salazar, certamente, era prisioneiro da equação segundo a qual educação demais é igual a aumento da subversão. Sua obstinação fazia com que tentasse utilizar todos os recursos possíveis para manter a colônia³⁹.

Ao longo deste artigo, apontamos e analisamos a partir do conceito de vulnerabilidade social proposto por Sarah Escorel uma

série de fragilidades que permearam os musseques luandenses nos anos 1960. Foi possível constatar a partir dos eixos, propostos pela autora inúmeras situações de instabilidade, precarização, irregularidades entre outros que foram provocadas pela política colonial portuguesa e pela luta de libertação angolana. Assim, evidenciamos a precariedade da habitação, informalidade dos empregos, a estigmatização e criminalização desta população, que, no processo, luta para não ser excluída.

Notas de Referência

- * Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/IH/UFRJ), orientado pelo Professor Doutor Sílvio de Almeida Carvalho Filho. Contato: rguimaraesbr@gmail.com Bolsista CAPES.
- 1 Musseques são áreas pobres localizadas na periferia de Luanda, capital de Angola. Caracterizá-los-emos mais à frente.
 - 2 ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-171. p. 140-141.
 - 3 ESCOREL, *op. cit.*, p.141.
 - 4 ESCOREL, *op. cit.*, p.140-145.
 - 5 CASTEL, Robert. As Armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE, Mariângela. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. P. 15-48. p. 38.
 - 6 Quimbundo é a língua do povo Mbundo, um dos grupos étnicos prevaletentes em Luanda.
 - 7 Casas tradicionais de materiais vegetais. O termo serve também para as casas de pau-a-pique e alvenaria construídas naquelas localidades.
 - 8 AMARAL, Ilídio. *Luanda: estudo de geografia urbana*. Lisboa: Memórias de Junta de Investigação do Ultramar, n.º 53, 1968. p. 113.
 - 9 MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *A família nos Musseques de Luanda*. Luanda: F.A.S.T.A., 1973. p. 19.
 - 10 MONTEIRO, *op. cit.*, 24-26.
 - 11 AMARAL, *op.cit.*, p. 116.
 - 12 Monteiro nos diz que nunca ouviu utilizar o termo musseque relativamente a este bairro de casas provisórias encravado no centro da Cidade. Contudo ele salienta que em função da utilização pejorativa do termo musseque houve um acolhimento do termo bairro que não obstante a força da tradição, foi utilizado por muitos residentes, de preferência ao velho vocábulo (MONTEIRO, 1973, p. 54, p. 62).
 - 13 AMARAL, *op.cit.*, p. 65.
 - 14 MONTEIRO, *op.cit.*, p. 58.
 - 15 VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 85.

- ¹⁶ RODRIGUES, Claudia. Estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda. In: *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconômicas (anos de 80 e 90)*. Lisboa: (mimeo), 2003. p. 21.
- ¹⁷ ESCOREL, *op. cit.*, p.145.
- ¹⁸ AMARAL, *op.cit.*, p. 116.
- ¹⁹ AMARAL, *op.cit.*, p. 116.
- ²⁰ AMARAL, *op.cit.*, p. 74.
- ²¹ António de Oliveira Salazar (1889-1970) presidente do Conselho de Ministros, em 1932, foi líder e fundador do regime político autoritário conhecido por Estado Novo, também chamado de Salazarismo, em Portugal entre 1933 e 1974.
- ²² BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME”*: um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 73.
- ²³ Embora tivesse sido abolido o trabalho obrigatório, o sistema de “contrato” colocava sob dependência forçada (através da obrigatoriedade do pagamento de despesas de alimentação, alojamento, etc. aos empregadores, através da retenção dos salários até ao final do contrato, entre outras) inúmeros trabalhadores de regiões onde escasseavam outras oportunidades. Para maiores detalhes ver RODRIGUES, Cristina. *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impacto das guerras e das transformações socioeconômicas (anos de 80 e 90)* e BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME”*: um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. ROBSON, Paul; ROQUE, Sandra. *“Aqui na cidade nada sobra para ajudar”*. Buscando solidariedade e acção colectiva em bairros peri-urbanos de Angola. Luanda: Development Workshop, 2001.p. 25
- ²⁴ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 213;215-220 .
- ²⁵ VIEIRA, José Luandino. *Vidas Novas*. Lisboa: Edições Setenta, 1985. p. 99.
- ²⁶ ESCOREL, *op. cit.*, p.142.
- ²⁷ ESCOREL, *op. cit.*, p.142-143.
- ²⁸ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 146-148.
- ²⁹ AMARAL, *op.cit.* p. 118-120.
- ³⁰ ESCOREL, *op. cit.*, p.144.
- ³¹ ESCOREL, *op. cit.*, p.14.
- ³² ESCOREL, *op. cit.*, p.144-145.
- ³³ VIEIRA, *op.cit.*, p. 14.
- ³⁴ VIEIRA, *op.cit.*, p. 20.
- ³⁵ MONTEIRO, *op. cit.*, 393-394.
- ³⁶ BITTENCOURT, *op. cit.*, p 85.
- ³⁷ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 333; 345.

- ³⁸ ANDRADE, Fernando da Costa. Literatura Angolana: uma visão sócio-histórica. In: _____. *Literatura Angolana: opiniões*. Lisboa: Edições Setenta, 1980. p. 43-60. p. 47.
- ³⁹ BITTENCOURT, op. cit., p. 85;87.

